

Ensaio Teórico

Afroempreendedorismo além do neoliberalismo: Quilombismo como base teórico-prática de emancipação negra no Brasil

Fabício Batista de Oliveira^a  , Emmanuel Paiva de Andrade^a   e
Luis Perez Zotes^a  

^aUniversidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil



Detalhes Editoriais

Sistema double-blind review

Histórico do Artigo

Recebido : 31 de mar. de 2025
Aceito : 29 de ago. de 2025
Disponível online : 10 de out. de 2025

Artigo ID: 2660

Classificação JEL: L26, J15

Editor Chefe¹ ou Adjunto²:

¹ Dr. Edmundo Inácio Júnior 
Univ. Estadual de Campinas, UNICAMP

Editor Associado Responsável:

Dr. Roberto Pessoa de Queiroz Falcao 
Universidade UNIGRANRIO

Editor Executivo¹ ou Assistente²:

² M. Eng. Patrícia Trindade de Araújo

Revisão Ortográfica e Gramatical:

José Augusto Pereira da Silva

Como citar:

Batista de Oliveira, F., Paiva de Andrade, E., & Perez Zotes, L. (2025). Afroempreendedorismo além do neoliberalismo: Quilombismo como base teórico-prática de emancipação negra no Brasil. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, 14, e2660. <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2660>

Item relacionado (hasTranslation):

<https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2789>



Artigo verificado por:



Autor de contato:

Fabício Batista de Oliveira
fabriciooliveira.marketing@gmail.com

Resumo

Objetivo: Este ensaio teórico-conceitual tem como objetivo sugerir o Quilombismo de Abdias do Nascimento como alternativa teórico-prática ao afroempreendedorismo, diante das limitações das abordagens neoliberais predominantes, e propor um framework baseado em três eixos fundamentais: suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada. **Método:** O estudo adota uma abordagem teórico-conceitual sustentada em epistemologias negras e na ancestralidade, partindo da crítica à dependência de ciclos efêmeros de conscientização antirracista impulsionados por eventos entre 2018 e 2021 — como o filme *Pantera Negra*, a pandemia de COVID-19 e o movimento Black Lives Matter. **Originalidade/Relevância:** Ao deslocar o foco das respostas reativas a eventos para uma construção endógena e de longo prazo, o artigo rompe com abordagens neoliberais e introduz o Quilombismo como base teórico-prática do afroempreendedorismo, propondo um olhar afrocentrado e emancipatório ainda pouco explorado na literatura de gestão e empreendedorismo. **Resultados:** Foi desenvolvido um framework que articula três eixos — suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada — para fortalecer a atuação coletiva e a sustentabilidade econômica das comunidades negras, reduzindo a vulnerabilidade a movimentos conjunturais e pontuais. **Contribuições teóricas/metodológicas:** O trabalho oferece um modelo analítico que amplia o debate acadêmico sobre afroempreendedorismo e emancipa a discussão da dependência de perspectivas neoliberais. **Contribuições sociais / para a gestão:** Fornece subsídios para políticas públicas e iniciativas comunitárias voltadas à emancipação econômica negra, transformando a cultura negra em ativo político-econômico sustentável e promovendo inclusão racial estruturante.

Palavras-chave: Afroempreendedorismo; Quilombismo; Racismo Estrutural; Autonomia Coletiva; Economia Preta.

Afro-entrepreneurship beyond neoliberalism: Quilombismo as a theoretical-practical basis for black emancipation in Brazil

Abstract

Objective: This theoretical-conceptual essay aims to suggest Abdias do Nascimento's Quilombismo as a theoretical-practical alternative to Afro-entrepreneurship, given the limitations of prevailing neoliberal approaches, and to propose a framework based on three key pillars: network support, financial self-organization, and Afro-centered education. **Dilemma/problem or Thesis:** The study departs from a critique of the reliance on short-lived cycles of anti-racist awareness driven by events between 2018 and 2021 — such as the Black Panther film, the COVID-19 pandemic, and the Black Lives Matter movement — which tend to generate reactive, episodic, and unsustainable responses in the field of Afro-entrepreneurship. **Relevance/originality:** By shifting the focus from reactive responses to exogenous events toward endogenous and long-term construction, the article breaks with neoliberal approaches and introduces Quilombismo as the theoretical-practical foundation for Afro-entrepreneurship. It advances an Afro-centered and emancipatory perspective that remains underexplored in management and entrepreneurship literature. **Results:** A framework was developed that articulates network support, financial self-organization, and Afro-centered education to strengthen collective action and the economic sustainability of Black communities, reducing vulnerability to conjunctural and short-term movements. **Theoretical/methodological contributions:** The study provides an analytical model that expands academic debate on Afro-entrepreneurship and challenges the dependence on neoliberal perspectives. **Social/managerial contributions:** It offers insights for public policies and community-based initiatives aimed at Black economic emancipation, transforming Black culture into a sustainable political and economic asset and fostering more structural racial inclusion.

Keywords: Afro-entrepreneurship; Quilombismo; Structural Racism; Collective Autonomy; Black Economy.



INTRODUÇÃO

Desde 2018, produções culturais e acadêmicas sobre negritude ganham destaque, abordando desde as barreiras estruturais enfrentadas por afroempreendedores até o afrofuturismo e o crescimento dos movimentos sociais antirracistas. O sucesso do filme *Pantera Negra* (2018) simbolizou um marco de empoderamento negro e ampliação da representatividade midiática. Em seguida, a pandemia de COVID-19 e o assassinato de George Floyd catalisaram um debate global sobre racismo estrutural, impulsionando iniciativas públicas e privadas voltadas à inclusão racial e ao fortalecimento do empreendedorismo negro (Wallace, 2018; Griffin, 2012).

No entanto, grande parte da literatura sobre afroempreendedorismo ainda está ancorada em uma perspectiva neoliberal, que enfatiza a superação individual, a lógica meritocrática e a adaptação às estruturas do mercado formal. Essa abordagem tende a invisibilizar os condicionantes históricos e estruturais do racismo, convertendo o empreendedorismo negro em estratégia de inclusão subordinada, e não de transformação social (Cordeiro & Mello, 2006; Mancebo, 2019).

Nesse contexto, estudos mostram que o movimento *Black Lives Matter* teve impactos mensuráveis: por exemplo, após 2020, campanhas de financiamento coletivo lideradas por empreendedores negros, no setor de restaurantes, tornaram-se quase quatro vezes mais bem-sucedidas (Koh et al., 2023). No Brasil, embora ainda não existam artigos científicos que sistematizem o impacto direto desses eventos sobre o afroempreendedorismo, estudos aplicados e diagnósticos de mercado indicam um crescimento expressivo de negócios liderados por pessoas negras entre 2020 e 2021. Segundo a pesquisa “Afroempreendedorismo Brasil”, promovida pela Think With Google (2022), 16% dos afroempreendedores iniciaram seus negócios durante a pandemia, e 20% relataram crescimento nesse período. A ausência de uma sistematização acadêmica desses dados reforça a importância de abordagens críticas e teóricas que aprofundem esse fenômeno sob uma perspectiva emancipatória.

Esses eventos colocaram a questão racial no centro do debate público, pressionando empresas e governos a adotarem medidas antirracistas, como programas de diversidade e inclusão (D&I), treinamentos sobre racismo estrutural e parcerias com organizações negras (Yancey & Krome, 2021). O ano de 2020 marcou um pico de visibilidade midiática das pautas raciais, impulsionado pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos e pela mobilização global do movimento *#BlackLivesMatter* — um fenômeno evidenciado no Brasil por meio da análise de milhões de tweets e reportagens jornalísticas (Santos & Reis, 2022). No âmbito nacional, o caso de João Alberto Freitas, espancado até a morte por seguranças em um supermercado, ganhou repercussão política e reforçou o debate sobre racismo estrutural (Gonçalves, 2024). Esses episódios contribuíram para forte pressão por compromissos corporativos com a equidade racial, especialmente no setor privado (De la Parra et al., 2023; Koh et al., 2023; Brookings Institution, 2023).

Contudo, estudos apontam que, já em 2021, muitas das iniciativas anunciadas foram reduzidas, reformuladas ou esvaziadas diante da crise econômica global e da busca por redução de custos (Koh et al., 2023; Hyrynsalmi et al., 2025; Santos et al., 2025). Pesquisas revelam que menções à diversidade em conferências corporativas atingiram um ápice em 2020, mas perderam destaque progressivamente nos anos seguintes (De la Parra et al., 2023), indicando que parte das respostas teve caráter reativo e conjuntural. A propagação de práticas de *woke washing* — em que empresas expressam apoio simbólico a causas sociopolíticas sem compromissos concretos — e a ausência de mecanismos de transparência sobre seus impactos reforçaram a fragilidade estrutural dessas iniciativas (Ahmad et al., 2024). Além disso, o avanço da extrema direita e de pautas conservadoras em diversos países contribuiu para a deslegitimação de agendas antirracistas (Hyrynsalmi et al., 2025).

O cenário de visibilidade e apoio ao afroempreendedorismo entre 2018 e 2021, especialmente em 2020, não se consolidou de forma estrutural. Embora esse período tenha sido marcado por um aumento de interesse institucional em torno da equidade racial, até o momento não há estudos acadêmicos que sistematizem os efeitos da posterior retração de apoio, por parte de empresas e governos, aos empreendedores negros no Brasil. Internacionalmente, observa-se um recuo de investimentos em diversidade e inclusão por parte de grandes corporações, em razão de pressões econômicas, políticas e sociais. Estudos recentes demonstram que, após o auge de 2020, muitas empresas reavaliaram ou reduziram seus programas de diversidade, especialmente no setor de tecnologia, em um movimento descrito como *backlash corporativo* (De la Parra et al., 2023; Brookings Institution, 2023; Hyrynsalmi et al., 2025; Santos et al., 2025).

Marcado historicamente pela precarização, o afroempreendedor viu em 2020 e 2021 uma oportunidade de crescimento em condições mais favoráveis. Contudo, a partir de 2021, a desaceleração dos investimentos refletiu desafios econômicos, mudanças políticas, o enfraquecimento da agenda ESG e a redução do debate sobre inclusão racial, comprometendo o fortalecimento de negócios negros.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte pergunta: como o Quilombismo pode oferecer uma alternativa teórico-prática ao afroempreendedorismo, diante dos limites das abordagens neoliberais e da efemeridade das respostas institucionais à questão racial? O objetivo é sugerir o Quilombismo de Abdias do Nascimento (1980) como caminho teórico-prático para o afroempreendedorismo. A contribuição resultante desse esforço é a proposição de um *framework* estruturado em três eixos interdependentes: suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada.

Embora existam contribuições relevantes na literatura internacional sobre o empreendedorismo de minorias étnicas (*Ethnic Minority Entrepreneurship*), o empreendedorismo social (*Social Entrepreneurship*) e o empreendedorismo em contextos de lacunas institucionais (*Institutional Voids*), estas abordagens, em sua maioria, refletem experiências ancoradas em epistemologias eurocentradas, especialmente centradas na realidade do Norte Global. Com foco na adaptação dos sujeitos racializados às estruturas vigentes, essas perspectivas muitas vezes negligenciam os aspectos históricos, culturais e espirituais que conformam as formas de resistência e organização econômica da população negra no Sul Global. Este estudo propõe uma rota alternativa, de base descolonial, fundamentada no Quilombismo de Abdias do Nascimento (1980), que desloca o eixo da análise da integração ao sistema dominante para a construção de modelos autônomos de emancipação negra, ancorados na ancestralidade, na solidariedade comunitária e na autogestão coletiva.

A contribuição deste artigo reside em: (1) articular um modelo teórico alternativo ao empreendedorismo neoliberal (Dardot & Laval, 2016); (2) demonstrar a viabilidade de ações coletivas autônomas; e (3) subsidiar políticas públicas e iniciativas comunitárias. Ao propor um *framework* ancorado no Quilombismo, o estudo visa contribuir tanto para o avanço teórico no campo do empreendedorismo quanto para a elaboração de estratégias emancipatórias no contexto brasileiro.

AFROEMPREENDEDORISMO E RACISMO ESTRUTURAL

Antes de avançar para o recorte racializado, é importante destacar que, no campo da administração e das ciências sociais aplicadas, o empreendedorismo é classicamente compreendido como o processo de identificação, avaliação e exploração de oportunidades para criar valor e gerar inovação (Shane & Venkataraman, 2000). Para Hisrich et al., (2009), trata-se de um esforço intencional de criar algo novo, assumindo riscos financeiros e sociais em busca de lucro ou impacto. Schumpeter (1934) já associava o empreendedor à destruição criativa — alguém capaz de romper o

equilíbrio do mercado ao introduzir novas combinações de fatores. Drucker (1985) reforça essa visão ao associar o empreendedor à sistematização da inovação como disciplina prática.

Embora essas abordagens sejam centrais na literatura dominante, elas negligenciam aspectos históricos, raciais, espirituais e coletivos das práticas econômicas negras, o que motiva o deslocamento epistemológico proposto neste artigo.

A literatura sobre *Ethnic Minority Entrepreneurship* (Light & Gold, 2000; Ram et al., 2017), *Social Entrepreneurship* (De Carolis & Saporito, 2006; Dana, 2007) e *Institutional Voids* (Khanna & Palepu, 2010; Smith & Tang, 2013) tem buscado compreender os desafios enfrentados por empreendedores de grupos racializados ou marginalizados, especialmente em contextos de desigualdade institucional. Embora esses estudos ofereçam importantes contribuições para o entendimento das barreiras estruturais enfrentadas por minorias, eles costumam adotar um referencial funcionalista, centrado na adaptação dos sujeitos ao mercado e à institucionalidade vigente. Por exemplo, Light e Gold (2000) descrevem o empreendedorismo de minorias sobretudo como estratégia de inserção em mercados já estruturados, enquanto Khanna e Palepu (2010) tratam os 'vazios institucionais' como barreiras a serem superadas pela adequação dos empreendedores às regras do jogo dominante. Da mesma forma, Smith e Tang (2013) analisam como empresas ajustam suas estratégias em contextos de lacunas institucionais, reforçando a adaptação em vez da transformação das estruturas. Esses trabalhos, ainda que relevantes, ilustram a predominância de um viés funcionalista que justifica a necessidade do deslocamento epistemológico presente neste artigo.

Propomos, portanto, um deslocamento epistemológico: em vez de adotar as lentes do empreendedorismo de minorias ou do empreendedorismo social no marco ocidental, recorremos ao Quilombismo de Abdias do Nascimento (1980), um modelo contra-hegemônico e decolonial que articula resistência cultural, solidariedade coletiva e emancipação econômica a partir de epistemologias negras. Essa abordagem não busca incluir os afroempreendedores nas lógicas do capitalismo neoliberal, mas propõe o fortalecimento de redes comunitárias autônomas como forma de enfrentamento ao racismo estrutural e de construção de soberania econômica negra.

Existem vários conceitos e tipologias de racismo. Almeida (2019) provoca a reflexão sobre o racismo como fundamento estruturador das relações sociais, de forma que pode-se dizer que ele sempre existiu, uma vez que, ao longo da história, os negros ocuparam as posições mais baixas, tanto econômica quanto politicamente.

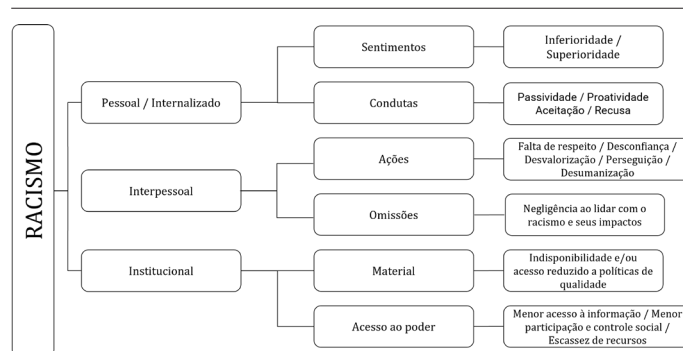
Jones (2000) apresenta três níveis de manifestação do racismo: o **racismo internalizado** (ou pessoal), o **racismo interpessoal** e o **racismo institucional** (Figura 1). O primeiro refere-se à aceitação, por parte dos indivíduos racializados, de estigmas e crenças negativas sobre si mesmos. O segundo ocorre nas interações sociais diretas, manifestando-se por meio de atitudes discriminatórias e preconceituosas. Já o terceiro, o institucional, se dá nas estruturas sociais e organizacionais que sistematizam a exclusão de grupos racializados. Apesar dessa tipologia analítica, Silvio Almeida (2019) defende que **todo racismo é estrutural**, ou seja, está na base do funcionamento da sociedade e organiza as relações entre grupos sociais. Portanto, ainda que se manifeste em níveis distintos, o racismo opera como **fundamento da desigualdade** e não como um desvio pontual ou individual.

O racismo pessoal ou internalizado, segundo Jones (2000), ocorre quando indivíduos assimilam padrões racistas, incorporando estigmas e visões preconceituosas. Bujato e Souza (2020) acrescentam que o racismo individual impõe marcas racializadoras, desde traços físicos até questionamentos sobre caráter, percebidos como rótulos negativos. Já o racismo interpessoal, também conforme Jones (2000), manifesta-se em preconceito e discriminação, de forma explícita ou tácita, nas interações entre indivíduos. Por fim,

o racismo institucional se expressa tanto em práticas cotidianas no ambiente de trabalho quanto em normas e políticas institucionais que reforçam a desvantagem de grupos racializados.

Figura 1

Tipologias de racismos



Nota: Adaptado de Jones, C. P. (2000). *Levels of racism: A theoretic framework and a gardener's tale*. *American Journal of Public Health, 90*(8), 1212-1215. <https://doi.org/10.2105/AJPH.90.8.1212>.

Segundo López (2012), o racismo institucional remete às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial. Ao evocá-la, pretende-se dar visibilidade aos processos de discriminação indireta que ocorrem nas instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. Para tal, não são necessárias normas internas ou regimentos, apenas obstáculos formais presentes nas próprias relações sociais (Werneck, 2016).

Durante o período da escravidão negra no Brasil, que compreendeu de 1530 a 1888, houve situações em que o escravizado conseguia realizar atividades laborais paralelas, como forma de complementar sua subsistência ou economizar para comprar sua liberdade (Gomes, 2019; Munanga, 2004). Embora essa prática tenha sido mais frequente com o desenvolvimento urbano e mais próxima da abolição, podemos afirmar, com ressalvas, que surgiria o "embrião do afroempreendedorismo brasileiro".

Essas atividades, e consequentemente o comércio de ambulantes, ganharam força no Brasil após a vinda da família real em 1808, sendo praticadas, principalmente, por negros escravizados, especialmente mulheres. Mesmo após a institucionalização do trabalho livre, a maior parte da população negra permaneceu na informalidade e foi a mais afetada pelos mecanismos de precarização após a reestruturação produtiva. Foi através do "empreendedorismo" que essa população encontrou a possibilidade de sobreviver, superar as dificuldades estruturais e sociais e manter sua conexão com a ancestralidade.

O fenômeno do afroempreendedorismo surge com um caráter múltiplo de abrangência econômica, política e social, incentivando a população negra a desenvolver uma atividade empreendedora (SEBRAE, 2023). A autora Eliane Nascimento utiliza o termo afroempreendedorismo para descrever a atividade "realizada por pessoas negras que produzem da e para a cultura negra", isto é, estabelecem relações comerciais que dão visibilidade a essa cultura e nela se apoiam, formando uma rede de negócios que compõe um ecossistema de produção e consumo feito por negros para negros.

Nogueira (2013), em "Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro", descreve diversos autores que abordam a temática sem uma distinção clara entre os termos. Autores como Eliane do Nascimento e Maria Angélica Santos têm desempenhado papel relevante na consolidação do campo do afroempreendedorismo no Brasil. Nascimento (2019) define o afroempreendedorismo como a atividade realizada por pessoas negras que produzem da e para a cultura negra, formando ecossistemas econômicos enraizados na ancestralidade. Em trabalhos anteriores e posteriores, a autora enfatiza tanto como o racismo estrutural condiciona as trajetórias de empreendedores negros (Nascimento, 2018) quanto

o protagonismo das mulheres negras como forma de resistência e produção de alternativas econômicas (Nascimento, 2020). Já Santos (2019) propõe a distinção entre o afroempreendedorismo *lato sensu* — que abarca toda atividade empreendedora protagonizada por pessoas negras — e o *stricto sensu*, voltado à transformação estrutural da cadeia produtiva em uma lógica antirracista. Em colaboração com Silva, a autora também evidencia a importância das redes de apoio e do capital social como dimensões estruturantes da prática empreendedora negra (Santos & Silva, 2021).

Embora o campo apresente múltiplas definições de afroempreendedorismo, este artigo se alinha principalmente à perspectiva proposta por Santos (2019), que diferencia o afroempreendedorismo *lato sensu* — abrangendo toda atividade empreendedora protagonizada por pessoas negras — e o *stricto sensu*, orientado à transformação estrutural da cadeia produtiva em uma lógica antirracista. Ao enfatizar essa dimensão transformadora, dialogamos também com Nascimento (2019), ao compreender o afroempreendedorismo como prática econômica enraizada na ancestralidade e orientada para a coletividade. A partir dessa base conceitual, o framework quilombista aqui proposto reforça a centralidade do afroempreendedorismo como instrumento de emancipação negra, ultrapassando a adaptação funcional ao mercado e priorizando a construção de alternativas estruturais fundamentadas no Quilombismo.

Essa perspectiva dialoga com o que Gonzalez (1988) já apontava ao destacar a importância de uma práxis política negra que recusa o lugar da subalternidade, e com as reflexões de Munanga (2004), que ressaltam como o racismo se inscreve na economia, na educação e na política, dificultando a mobilidade social da população negra.

A suposta "liberdade" para empreender, em um contexto de desigualdades históricas e atuais no Brasil, não garante aos afroempreendedores autonomia financeira nem o pleno desenvolvimento de seu talento e potencial. A pandemia evidenciou a desigualdade racial sistêmica em setores como saúde, indústria de entregas e acesso a espaços digitais (Francis & Robertson, 2021). Sobre pequenos negócios, Pereira e Patel (2022) alertam para a necessidade urgente de medidas específicas para a recuperação de empreendimentos afetados pela Covid-19, especialmente entre trabalhadores autônomos de minorias raciais em países em desenvolvimento. Os autores destacam que esses profissionais são impactados por barreiras estruturais e defendem a implementação de políticas de longo prazo para apoiá-los.

Logo, o empreendedorismo, que pode ser uma ferramenta de independência e liberdade financeira para essa população, em condições precarizadas, pode representar a face da "liberdade" pós-abolição, que deixou a população negra em uma situação igual, senão pior do que a anterior.

QUILOMBISMO DE ABDIAS DO NASCIMENTO

A estreia do filme *Pantera Negra* em 2018 simbolizou mais do que uma representação cinematográfica: ativou no imaginário negro global a possibilidade de um futuro centrado na ancestralidade, na soberania e na tecnologia afro-referenciada. De acordo com Asante e Pindi (2020), a produção cultural e estética afrocentrada serve como forma de moldar consciência coletiva e fortalecer a identidade. O conceito de afrofuturismo, presente no longa, articula arte, resistência e política como forma de reivindicar narrativas alternativas à colonização e ao neoliberalismo. Embora efêmero enquanto fenômeno midiático, *Pantera Negra* tornou-se um catalisador simbólico de debates sobre empoderamento, mostrando a potência de se projetar futuros a partir das tradições africanas e afro-diaspóricas. Essa "imaginação radical" conecta-se, portanto, ao esforço teórico deste artigo: resgatar modelos contra-hegemônicos — como o Quilombismo — para repensar o afroempreendedorismo como um projeto de emancipação coletiva.

O termo "aquilombar-se", para a população negra, faz referência a uma tecnologia social de autoproteção, autoajuda, resistência e autodesenvolvimento. O termo tem origem na palavra *quilombo*, que, segundo Batista (2019), é um recurso de resistência que promove o "estar junto" para ampliar e potencializar saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais.

No contexto brasileiro, o quilombo foi uma forma de não aceitação das normas impostas pelo período escravagista, no sentido de desgastar o sistema vigente, por meio de fugas, abortos, suicídios, envenenamentos e assassinatos dos senhores de engenho e suas famílias. Segundo Gomes (2019), em sua obra *Escravidão vol.1*, a palavra *kilombo*, traduzida para o português como *quilombo*, vem do quimbundo, um dos idiomas falados em Angola, e significa acampamento, arraial, união ou cabana. Segundo Carneiro (2005):

Ali, os negros construíram uma sociedade à parte, "como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revelava-se como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética." (p. 19).

O Quilombo dos Palmares, localizado à Serra da Barriga, no estado de Alagoas, nome que recebeu devido à abundância de palmeiras de diversas espécies da região, foi o maior e mais importante reduto de escravos fugitivos no Brasil colônia (Gomes, 2019). Segundo Gomes (2019), a documentação histórica sobre Palmares é escassa, incluindo alguns diários de campanhas militares, troca de cartas entre autoridades coloniais e a Coroa portuguesa, memórias e depoimentos de oficiais, soldados e moradores, porém sempre pela perspectiva do branco. Abdias do Nascimento entendia o Quilombo dos Palmares como exemplo de implantação de um "comunalismo tradicional africano", onde não haveria exploradores e explorados. Esse modelo despertaria a consciência afro-brasileira e proclamava o seu direito ao poder (Nascimento, 1980, pp. 14-27).

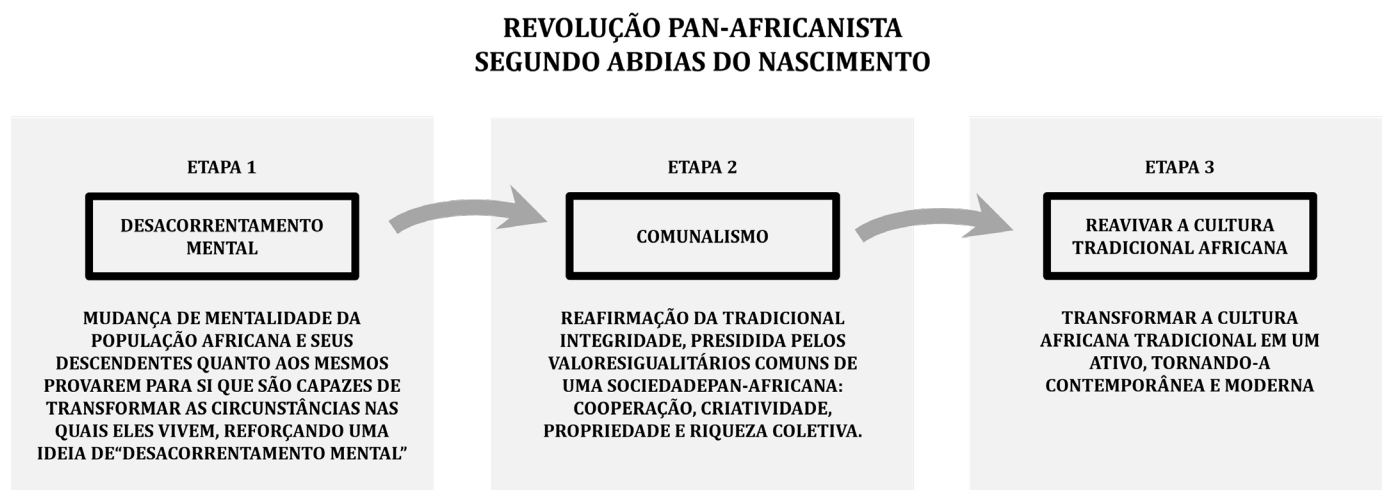
Abdias do Nascimento (1980), em seu livro intitulado *O Quilombismo*, obra escolhida como objeto de nossa análise, discorre sobre a degradação da Cultura Ocidental que produziu tensões na humanidade contemporânea, com povos defrontando-se e confrontando-se em porções cada vez mais desintegradas e inimigas. Por outro lado, o autor resalta que outra camada da população mundial negra africana e seus descendentes, até então marginalizados e esquecidos, submergiram como uma unidade libertadora e progressista, escolhidos criticamente, suportando e estruturando a cultura pan-africana, que servirá de base para o conceito de Quilombismo.

Nascimento (1980) busca esquematizar o que ele chama de revolução pan-africanista, que precederia a implantação do Quilombismo. Ele inicia defendendo a mudança de mentalidade da população africana e seus descendentes quanto a provarem para si mesmos que são capazes de transformar as circunstâncias nas quais vivem, reforçando a ideia de "desacorrentamento mental" ou descolonização. O autor defende como ação subsequente a reafirmação da tradicional integridade, presidida pelos valores igualitários comuns de uma sociedade pan-africana (chamada de comunalismo): cooperação, criatividade, propriedade e riqueza coletiva. Por fim, o autor propõe que se torne imperativo transformar a cultura africana tradicional em um ativo, tornando-a contemporânea e moderna. Abaixo, a Figura 2 esquematiza os elementos necessários à revolução pan-africana, segundo Nascimento (1980).

Segundo Nascimento (1980), o Quilombismo tem se revelado um fator capaz de mobilizar disciplinadamente as massas negras por causa de seu profundo apelo psicossocial, cujas raízes estão fincadas na cultura e na vivência dos afro-brasileiros. Abdias, em outras palavras, expõe que a população afro-brasileira, devido ao seu histórico de luta e resistência, possui predisposição para aquilombar-se. De acordo com Batista (2019), com o fim da escravidão, o povo negro continuou se aquilombando, por meio

Figura 2

Revolução Pan-Africanista Segundo Abdias do Nascimento



Nota: Extraído de Nascimento, A. (1980). *O Quilombismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

de áreas e ocupações dos morros e terrenos devolutos ou em terreiros de candomblé. Entender esse passado do quilombo é muito importante, pois é possível beber na fonte de estratégias e ferramentas utilizadas por nossos antepassados africanos e descendentes no intuito de superação e resistência contra um Estado racista.

Abdias do Nascimento (1980) apresenta, em sua obra *O Quilombismo*, um conjunto de 16 princípios fundamentais para a construção de um Estado Nacional Quilombista. Esses princípios articulam dimensões políticas, econômicas, culturais, ecológicas e espirituais, compondo um projeto civilizatório alternativo ao modelo ocidental e capitalista. Abaixo, sintetizam-se brevemente os 16 princípios descritos por Nascimento:

1. Quilombismo como movimento político baseado no modelo da República dos Palmares.
2. Igualitarismo radical em todas as esferas da sociedade.
3. Felicidade humana como finalidade básica, com economia comunitária-cooperativista.
4. Coletivização da terra e dos meios de produção.
5. O trabalho como direito e dever social.
6. Prioridade absoluta à proteção da infância negra.
7. Educação gratuita e afrocentrada em todos os níveis.
8. Estímulo à criatividade humana e valorização das artes.
9. Igualdade entre todas as religiões.
10. Supressão do aparato burocrático elitista.
11. Rejeição ao racismo, ao capitalismo, ao latifúndio, ao imperialismo e ao neocolonialismo.
12. Paridade de gênero nos cargos públicos e instituições.
13. Transformação social por meios não violentos.
14. Criação de instituições financeiras autônomas e comunitárias.
15. Defesa da vida e da preservação ambiental.
16. Compromisso com o combate à discriminação racial e cooperação internacional com a ONU.

Para os fins deste estudo, foram selecionados 11 dos 16 princípios (1, 2, 3, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15 e 16), com base em **dois critérios metodológicos principais**:

1. **Pertinência à realidade do afroempreendedorismo brasileiro contemporâneo**: foram priorizados os princípios que dialogam diretamente com os desafios enfrentados por afroempreendedores no Brasil, como desigualdade de acesso a crédito, fragilidade de redes de apoio, racismo institucional e ausência de suporte formativo afrocentrado.
2. **Alinhamento com os três eixos estruturantes do framework proposto**: suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada. Os princípios escolhidos foram mapeados e organizados conforme sua relação direta com esses eixos.

Essa seleção permitiu adaptar o projeto quilombista original, de caráter estatal e macrosocial, à escala meso e micros social da organização econômica comunitária, potencializando sua aplicabilidade no campo do afroempreendedorismo. Ressalta-se que os princípios não incluídos na análise — como os relacionados à ecologia (15) e à burocracia estatal (10) — continuam relevantes, mas extrapolam os objetivos e a escala prática deste trabalho.

CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS: AFROEMPREENDEDORISMO E QUILOMBISMO

Os eixos aqui propostos — **suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada** — foram definidos a partir dos principais desafios diagnosticados na literatura sobre afroempreendedorismo no Brasil, como a desigualdade no acesso a crédito, o isolamento estrutural dos empreendedores negros, e a fragilidade formativa em conteúdos críticos e racializados (Nascimento, 1980; Almeida, 2019; Santos apud SEBRAE, 2023; Souza, 2021). Esses desafios também aparecem nos relatos de experiências práticas e nas ações desenvolvidas por organizações negras e redes de apoio comunitárias, reforçando a necessidade de um modelo que transcenda as abordagens neoliberais individualizantes e insira a coletividade como horizonte.

O **Quilombismo**, proposto por Abdias do Nascimento (1980), fornece uma base conceitual sólida para essa transição. Seus princípios operam como guias ético-políticos para a construção de alternativas coletivas, autônomas e afrocentradas, alinhadas ao histórico de resistência e autogestão das populações negras no Brasil. Abdias formulou 16 princípios para o Estado Nacional Quilombista, dos quais selecionamos 11 (1, 2, 3, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15 e 16) para dialogar com o campo do afroempreendedorismo. A escolha foi orientada por dois critérios: (1) sua pertinência prática frente aos desafios enfrentados por empreendedores negros no contexto contemporâneo; e (2) sua aderência aos três eixos propostos neste estudo.

A proposta aqui apresentada adapta o Quilombismo ao campo do afroempreendedorismo como **um modelo de emancipação coletiva**, operando na contramão do empreendedorismo neoliberal, que estimula o individualismo, a precarização e a competição como valores fundantes. Essa crítica também se aplica a abordagens dominantes no campo do empreendedorismo tradicional, como as de Schumpeter (1934) e Shane & Venkataraman (2000), que, ao enfatizarem a figura do inovador individual, contribuem para reforçar uma racionalidade centrada na performance, na disrupção e na eficiência. Embora valiosas para compreender dinâmicas de mercado, tais abordagens pouco dialogam com experiências empreendedoras de base comunitária e marcadas por trajetórias de resistência racial.

Como destaca Antunes (2020), esse modelo neoliberal se materializa na “uberização da vida” e na retirada de direitos, enquanto Carmo et al. (2021) apontam para o desmonte da proteção social e a responsabilização do indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso.

Ao invés disso, inspirada no Quilombismo, esta proposta se ancora em três **eixos estratégicos interdependentes** — suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada — como caminho para mitigar os impactos do racismo estrutural e fortalecer práticas de aquilombamento no campo econômico. A seguir, detalharemos cada um desses eixos à luz dos princípios quilombistas e dos desafios enfrentados por afroempreendedores no Brasil.

Suporte de Rede

Segundo Dornelas (2008), um empreendedor de sucesso não se define apenas pela capacidade de tomar boas decisões, identificar oportunidades, manter uma postura otimista e ser apaixonado pelo que faz, mas também pela habilidade de construir uma rede sólida de relacionamentos (*networking*). Para Miloud et al., (2012), além do capital relacional, a reputação no mercado configura-se como um recurso estratégico que pode ser mobilizado em futuros empreendimentos. A rede de contatos do empreendedor contribui para a identificação de oportunidades de fusões, aquisições e expansão, enquanto os vínculos construídos pela empresa impactam diretamente seu desempenho e sua valorização no mercado (Stuart et al., 1999; Zheng et al., 2010).

Mais do que a quantidade de conexões, destaca-se a importância da qualidade dos vínculos, do conhecimento compartilhado e da capacidade de gerar influência e confiança. Nesse contexto, a reputação da empresa e a habilidade do empreendedor em estabelecer relacionamentos consistentes tornam-se ativos fundamentais para o sucesso do negócio.

Lechner e Dowling (2003) reforçam essa perspectiva ao afirmar que o empreendedor desempenha um papel central na criação de relações externas, sendo que o tamanho da rede social de uma empresa está fortemente relacionado à extensão da rede pessoal que o empreendedor traz consigo.

No entanto, é preciso considerar que, no contexto brasileiro, marcado por um histórico de escravidão e pela ausência de políticas públicas eficazes no pós-abolição, a população negra foi negligenciada pelo Estado e lançada à própria sorte em uma sociedade capitalista em transformação, baseada na compra e venda da força de trabalho. Como resultado, formou-se um cenário de profundas desigualdades sociais, refletido em indicadores que revelam a persistente exclusão dos negros do acesso a oportunidades (Monteiro, 2001). Nesse cenário, a capacidade do afroempreendedor de construir redes estratégicas que o coloquem em posições de destaque e acesso a oportunidades é, historicamente, mais limitada quando comparada à de empreendedores brancos.

Nesse contexto, torna-se estratégico fomentar formas de suporte de rede oriundas de dentro da própria comunidade negra, reduzindo os impactos do histórico de desprestígio vivido pela população negra, e fortalecendo a construção de redes para os afroempreendedores contemporâneos através de ações de

apoio mútuo e coletivo. Tais iniciativas alinham-se diretamente aos princípios 1, 2 e 3 do Quilombismo, proposto por Abdias Nascimento, que valorizam a solidariedade, a autodefesa econômica e a construção de estruturas comunitárias como caminhos de emancipação do povo negro. Destacam-se, nesse sentido:

- Criação de associações ou coletivos de afroempreendedores por território ou setor.
- Incubadoras e aceleradoras de negócios negros, com foco em formação técnica e apoio contínuo.
- Espaços físicos compartilhados (*coworkings* negros) para fortalecimento de rede e identidade.
- Criação de redes de apoio entre afroempreendedores
- Formação de sindicatos ou frentes organizadas de trabalhadores e empreendedores negros
- Laboratórios de inovação social preta (*BlackLabs*)

Suporte Financeiro e Auto-organização Econômica Afrocentrada

Como demonstram Silva e Mello (2020), os critérios para obtenção de crédito frequentemente incorporam dimensões subjetivas e discricionárias, que reforçam práticas de exclusão racial mesmo em contextos de inovação tecnológica. Esse cenário empurra afroempreendedores para um limbo de oportunidades, marcado pelo racismo institucional e pela ausência de mecanismos concretos de reparação.

Outro agravante relacionado ao acesso a recursos financeiros é a escassez de networking e o histórico familiar de baixa acumulação de capital. Southern (2016) ressalta que pequenos negócios, em geral, são tradicionalmente financiados por poupança pessoal, cartões de crédito, empréstimos de familiares e amigos ou instituições financeiras. Essa realidade, no entanto, é distante para a maioria da população negra brasileira, que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) destaca que 80% das pessoas em situação de pobreza no Brasil são negras.

As barreiras financeiras enfrentadas por afroempreendedores são urgentes, sobretudo quando a sustentabilidade de seus negócios depende da aprovação de crédito por terceiros — um processo suscetível a práticas racistas explícitas ou veladas. Nesse contexto, torna-se estratégico fomentar formas de suporte financeiro oriundas de dentro da própria comunidade negra, reduzindo os impactos do racismo estrutural e fortalecendo a autonomia econômica coletiva.

Essa proposta se desdobra em diversas ações de auto-organização financeira, alinhadas ao princípio 14 do Quilombismo de Abdias Nascimento, que propõe o autossustento como eixo de soberania. Entre elas, destacam-se:

- Cooperativas de crédito afrocentradas
- Fundos comunitários solidários (caixas coletivas)
- Bancos comunitários ou moedas sociais
- Redes de compra coletiva e cadeias de abastecimento negras
- Plataformas digitais de financiamento coletivo
- Associações produtivas autogestionadas
- Grupos de microcrédito solidário entre afroempreendedores
- Criação de fundos de investimento coletivo em negócios negros
- Construção de uma carteira digital comunitária

Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de construção de uma economia preta autônoma, ancorada na solidariedade, na ancestralidade e na autogestão coletiva.

Suporte educacional

O suporte educacional é ponto central no processo de emancipação dos afroempreendedores. Não somente no que tange ao conhecimento técnico-gerencial necessário para o desenvolvimento de qualquer empreendimento, mas também no conhecimento necessário para o seu processo de descolonização. Em uma realidade onde os empreendedores, de forma geral, são diretamente influenciados pelo individualismo do empreendedorismo neoliberal colonial, os afroempreendedores, ao longo do tempo, desconectaram-se do coletivismo e cooperativismo, tão presentes em sociedades tradicionais africanas e em grupos de resistência na diáspora.

Segundo Costa e Grosfoguel (2016), a decolonialidade consiste na oposição e intervenção, surgindo no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema-mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciaram em 1492.

Localizar o início do "sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu" em 1492 tem repercussões significativas para os teóricos da decolonialidade (Costa & Grosfoguel, 2016). É tarefa dos empreendedores negros se apropriarem da afirmação de que o empreendedorismo não foi criado pelo capitalismo, nem pelos europeus, tampouco pelos brancos. Ao contrário, ele foi apropriado como ferramenta para a disseminação da racionalidade neoliberal, que estimula a competição, o individualismo, o acúmulo financeiro e a retenção de conhecimento como caminhos para alcançar o chamado "sucesso" (Dardot & Laval, 2016). Ainda que algumas abordagens contemporâneas, como a teoria do *effectuation* (Sarasvathy, 2001), busquem superar o modelo causal e racionalista do empreendedorismo tradicional ao valorizar a ação com os meios disponíveis e a adaptação contínua, elas ainda permanecem ancoradas em pressupostos individualistas do Ocidente. Tais propostas, embora relevantes, não incorporam plenamente as dimensões espirituais, raciais e coletivas que estruturam o fazer econômico das populações negras no Brasil.

Esse empreendedorismo neoliberal colonial coloca o negro em situação de constante desvantagem. Individualmente, carrega todos os indicadores sociais de desfavorecimento e, coletivamente, vê suas redes de apoio fragilizadas. Além disso, conforme argumenta Fanon (1979), esse modelo opera também no plano psicológico, perpetuando um complexo de inferioridade herdado do processo de colonização, que continua presente na mente dos sujeitos das ex-colônias.

Dizer "não" às narrativas brancas e hegemônicas, e construir novas narrativas baseadas na trajetória dos ancestrais e dos mais velhos em vida, é uma prática de resistência fundamental que vem sendo construída ao longo dos séculos. Nesse sentido, Rufino (2019) propõe o conceito de saber em encruzilhadas como um rompimento com a mentalidade monocultural e monorracional imposta pela lógica colonial. Tal saber emerge como ato de libertação, e as encruzilhadas tornam-se práticas descoloniais que, mais do que subverter, transgridem e reorganizam sentidos.

Assim, o suporte educacional se desdobra como movimento de transgressão. Vai além da mera capacitação técnico-gerencial e atua diretamente no desacorrentamento mental das mentes afroempreendedoras, alinhando-se aos princípios 7, 8, 11, 12 e 13 do Quilombismo de Abdias Nascimento. Entre as ações que compõem esse suporte, destacam-se:

- Formações em educação financeira comunitária e circular
- Cursos de gestão com abordagem crítica e afrocentrada
- Laboratórios de narrativas e comunicação contra-hegemônica
- Mentorias com líderes e referências negras
- Grupos de estudos sobre pensamento descolonial e pan-africanismo
- Plataformas digitais de circulação de saberes negros

Esses eixos não se configuram apenas como proposições abstratas, mas encontram respaldo em experiências concretas já em curso no Brasil. No eixo de suporte de rede, iniciativas como a PretaHub e a BlackRocks Startups têm atuado como incubadoras e hubs de inovação voltados ao fortalecimento de negócios negros. No eixo de auto-organização financeira, experiências como o Banco Palmas e o Banco Comunitário União Sampaio demonstram a viabilidade de instrumentos de crédito solidário e moedas sociais para dinamizar economias locais. Já no eixo de educação afrocentrada, projetos como o Afrolab, vinculado à Feira Preta, e a Escola Maria Felipa, em Salvador, evidenciam a potência de formações orientadas por pedagogias afrocentradas. A incorporação desses exemplos ao framework quilombista reforça a validade prática das proposições apresentadas, demonstrando que não se trata apenas de uma construção conceitual, mas de um modelo ancorado em práticas reais e emancipatórias.

Dessa forma, ao evidenciar as intersecções entre o Quilombismo e o afroempreendedorismo, este capítulo buscou apresentar as bases conceituais que sustentam a articulação entre práticas econômicas emancipatórias e epistemologias afrocentradas. A partir da centralidade da coletividade, da ancestralidade e da autonomia, delineia-se um campo fértil para a construção de experiências empreendedoras que transcendem a lógica capitalista hegemônica.

A articulação entre os eixos apresentados e os princípios do Quilombismo não se dá de forma aleatória, mas responde diretamente aos principais desafios enfrentados por empreendedores negros no Brasil, conforme diagnosticado pela literatura e por iniciativas práticas. O quadro a seguir resume essa conexão, evidenciando como os princípios selecionados de Abdias do Nascimento podem ser operados estrategicamente no campo do afroempreendedorismo.

A Tabela 1 a seguir resume a articulação entre os principais desafios enfrentados pelos afroempreendedores, os eixos estratégicos propostos neste artigo e os princípios do Quilombismo selecionados a partir da obra de Abdias do Nascimento. Essa estrutura permite visualizar de forma integrada como fundamentos teóricos quilombistas podem orientar ações práticas de emancipação econômica.

Tabela 1

Quadro-Resumo: Articulação entre Desafios, Eixos e Princípios do Quilombismo

Desafio Estrutural	Eixo Proposto	Princípios do Quilombismo Correspondentes
Ausência de redes de apoio e conexões estratégicas	Suporte de Rede	1. Quilombismo político 2. Igualdade total 3. Felicidade social
Barreiras de acesso a crédito e capital	Auto-organização Financeira	3. Economia cooperativista 14. Finanças autônomas 11. Anticapitalismo
Déficit de formação crítica e técnica afrocentrada	Educação Afrocentrada	7. Educação afrocentrada 8. Estímulo às artes 12. Paridade de gênero 13. Transformação democrática
Racismo institucional e precarização do trabalho	Todos os eixos	11. Antirracismo 16. Cooperação internacional
Invisibilidade nas políticas públicas	Rede & Educação	2. Igualitarismo 15. Valorização da vida e meio ambiente

Nota: Elaboração própria com base no Quilombismo de Abdias do Nascimento (1980).

Esse quadro evidencia que os princípios do Quilombismo, ao serem reorganizados em torno de eixos estratégicos, não apenas oferecem uma lente crítica para o afroempreendedorismo, mas também funcionam como um guia prático de reconstrução coletiva e emancipatória da economia preta no Brasil.

A Figura 3 aprofunda a síntese da Tabela 1 ao organizar os 11 princípios selecionados de Abdias do Nascimento em camadas: (i) núcleo (fundamentos ético-políticos do Quilombismo); (ii) eixos (suporte de rede; auto-organização financeira; educação afrocentrada), que funcionam como traduções operacionais desses princípios; e (iii) camada de implementação, com exemplos de iniciativas coerentes com cada eixo (como coletivos e incubadoras negras; bancos comunitários e moedas sociais; formações afrocentradas e laboratórios de narrativas). As setas bidirecionais destacam a interdependência e a retroalimentação: redes fortalecidas viabilizam finanças comunitárias; finanças robustas ampliam a capacidade formativa; e a formação afrocentrada, por sua vez, qualifica redes e disciplina o uso dos instrumentos financeiros. Desse modo, a Figura 3 explicita o raciocínio processual do framework (dos princípios → aos eixos → às ações), tornando mais claro como o Quilombismo é sugerido como caminho teórico-prático e porque o framework é a contribuição derivada desta proposta.

CONCLUSÃO

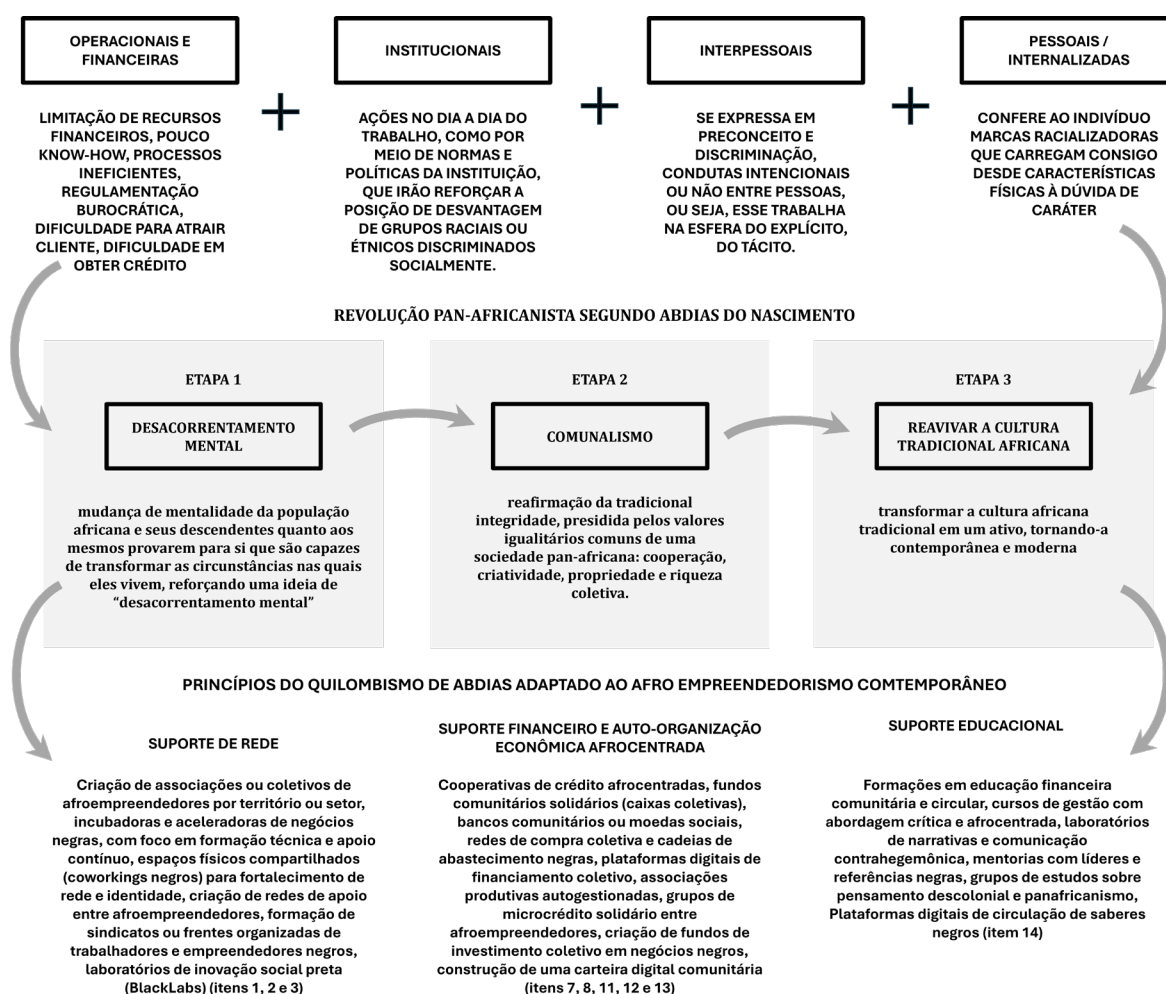
Este artigo buscou compreender como os princípios do Quilombismo, formulados por Abdias do Nascimento, podem oferecer uma lente alternativa ao afroempreendedorismo no Brasil, contrastando com as abordagens neoliberais dominantes. Partindo de eventos catalisadores como o sucesso do filme *Pantera Negra*, a pandemia de COVID-19 e o assassinato de George Floyd, foi possível identificar uma “janela de visibilidade” efêmera para questões raciais, que reforça a urgência de modelos estruturais e permanentes de emancipação negra.

Ao propor três eixos estratégicos — suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada — ancorados em 11 dos 16 princípios do Quilombismo, o artigo apresenta uma proposta teórico-prática que busca reconstruir o afroempreendedorismo como prática de aquilombamento econômico, e não apenas como inserção periférica no mercado. Essa abordagem amplia os horizontes teóricos do campo ao incorporar uma epistemologia negra, decolonial e baseada na ancestralidade e na coletividade.

As contribuições deste trabalho se manifestam em três níveis. No campo teórico, ao conectar o Quilombismo ao empreendedorismo, o artigo apresenta um modelo original e afrocentrado, ainda pouco explorado na literatura de administração e inovação. No plano prático, ao sistematizar os desafios enfrentados por afroempreendedores e associá-los a princípios quilombistas, oferece uma ferramenta de análise e planejamento

Figura 3

Framework quilombista do afroempreendedorismo: princípios de Abdias do Nascimento organizados em três eixos — suporte de rede, auto-organização financeira e educação afrocentrada



Nota: Elaborado pelos autores.

para políticas públicas, iniciativas comunitárias e organizações de apoio. Por fim, no âmbito social, ao reafirmar a potência política do afroempreendedorismo como prática de resistência, o artigo contribui para a consolidação de economias negras solidárias e autônomas. Em conjunto, tais contribuições reforçam a relevância do Quilombismo como base teórico-prática para a emancipação econômica negra no Brasil.

Como caminhos para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação empírica do framework proposto, por meio de estudos de caso de organizações ou territórios que operem em lógicas quilombistas (como o Vale do Dendê, a PretaHub ou o Banco Palmas). Além disso, recomendam-se comparações com modelos internacionais de afroempreendedorismo, sobretudo em países do Sul Global, para explorar convergências e divergências em práticas de resistência econômica negra. Outra possibilidade é aprofundar, qualitativamente, as experiências de empreendedores que já operam com base em coletividade, ancestralidade e autonomia, mesmo que de forma não nomeada como quilombista.

Em tempos de retrocessos sociais e precarização da vida negra, reafirmar o Quilombismo como base do afroempreendedorismo é, mais do que uma proposta teórica, uma declaração política de futuro. Aquilombar-se, portanto, é empreender a liberdade.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram não existir conflito de interesses.

Declaração de contribuições individuais dos autores

Papéis	Contribuições		
	Batista de Oliveira, F	Paiva de Andrade, E.	Perez Zotes, L.
Conceitualização	■		
Metodologia	■		
Software		N. A.	
Validação	■	■	■
Análise formal	■		
Pesquisa / Levantamento	■		
Recursos	■		
Curadoria dos dados	■	■	■
Escrita - Rascunho original	■		
Escrita - Revisão e edição	■		
Visualização dos dados	■	■	■
Supervisão / Orientação	■		
Administração do Projeto	■		
Financiamento		N. A.	

Nota: Cf. CRediT (Taxonomia de Papéis de Colaborador): <https://credit.niso.org/>

Ciência aberta: Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Etiqueta	Descrição
	Não se aplica
	Não se aplica
	Não se aplica
	https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2660pr
	Não se aplica

REFERÊNCIAS

- Ahmad, M., Khan, A., & Allam, Z. (2024). Woke washing and corporate social responsibility: A critical discourse analysis. *Journal of Business Ethics*, 190(2), 367–384. <https://doi.org/10.1007/s10551-023-05432-2>
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Livros.
- Antunes, R. (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Asante, G. A., & Pindi, G. N. (2020). (Re)imagining African futures: Wakanda and the politics of transnational blackness. *Review of Communication*, 20(3), 220–228. <https://doi.org/10.1080/15358593.2020.1778072>
- Batista, P. C. (2019). O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. *Revista Extraprensa*, 12, 377–396. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>
- Brookings Institution. (2023). *Driving prosperity: How Black-owned businesses fueled recent economic growth*. <https://www.brookings.edu/articles/driving-prosperity-how-black-owned-businesses-fueled-recent-economic-growth/>
- Bujato, I. A., & Souza, E. M. (2020). O contexto universitário enquanto mundo do trabalho segundo docentes negros: Diferentes expressões de racismo e como elas acontecem. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 26(1), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.26012020198348>
- Carmo, L., Assis, L., Gomes, A., & Teixeira, M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200043>
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.
- Cordeiro, A. T., & Mello, S. C. B. (2006). Rupturas, permanências e ressignificações na estrutura discursiva do empreendedorismo. In *Anais do Encontro da ANPAD*.
- Costa, J. S., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra sobre a modernidade: Desafios ao pensamento social latino-americano. *Sociologias*, 18(43), 24–51. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004302>
- Dana, L. P. (2007). Toward a multidisciplinary definition of social entrepreneurship. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 4(3), 338–348. <https://doi.org/10.1504/IJESB.2007.013798>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 2014)
- De Carolis, D. M., & Saporito, P. (2006). Social capital, cognition, and entrepreneurial opportunities: A theoretical framework. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 41–56. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00109.x>
- De la Parra, J. M., Ekwe-Ekwe, N., & Sutherland, D. (2023). Racial diversity exposure and firm responses following the murder of George Floyd. *Journal of Accounting Research* (Forthcoming). <https://corpgov.law.harvard.edu/2023/05/09/racial-diversity-exposure-and-firm-responses-following-the-murder-of-george-floyd/>

- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios* (3ª ed.). Campus.
- Drucker, P. F. (1985). *Innovation and entrepreneurship: Practice and principles*. Harper & Row.
- Fanon, F. (1979). *Os condenados da terra* (J. Wright, Trad.). Editora Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1961)
- Francis, J. N. P., & Robertson, J. T. F. (2021). White spaces: How marketing actors (re)produce marketplace inequities for Black consumers. *Journal of Marketing Management*, 37(1-2), 84-116. <https://doi.org/10.1080/0267257x.2020.1863447>
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: Volume 1 – Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Globo Livros.
- Gonçalves, H. I. (2024). *Racismo estrutural: Uma análise documental do caso João Alberto Freitas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional UFRGS. <https://hdl.handle.net/10183/288427>
- Gonzalez, L. (1988). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In Lélia Gonzalez: *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 215-231). Zaha
- Griffin, R. A. (2012). I AM an angry Black woman: Black feminist autoethnography, voice, and resistance. *Women's Studies in Communication*, 35(2), 138-157. <https://doi.org/10.1080/07491409.2012.724524>
- Hisrich, R. D., Peters, M. P., & Shepherd, D. A. (2009). *Entrepreneurship* (8th ed.). McGraw-Hill.
- Hyrnsalmi, S., Heponiemi, H., & Markkanen, P. (2025). The tech DEI backlash: Reactions to diversity, equity, and inclusion programs in software companies. *arXiv Preprint arXiv:2506.14232*. <https://arxiv.org/abs/2506.14232>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2023). *Retrato das desigualdades raciais no Brasil: Desigualdade de renda e pobreza*. <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>
- Instituto de Pesquisas Plano CDE, Banco JP Morgan, & Preta Hub. (2020). *Afroempreendedorismo no Brasil: Diagnóstico e oportunidades de fortalecimento*. https://pretahub.com.br/uploads/files/estudo_afroempreendedorismo_plano_cde_jpmorgan_pretahub.pdf
- Jones, C. P. (2000). Levels of racism: A theoretic framework and a gardener's tale. *American Journal of Public Health*, 90(8), 1212-1215. <https://doi.org/10.2105/AJPH.90.8.1212>
- Khanna, T., & Palepu, K. G. (2010). *Winning in emerging markets: A road map for strategy and execution*. Harvard Business Press.
- Koh, Y., Mao-Clark, X., & DeFranco, A. L. (2023). The Black Lives Matter movement and African American entrepreneurs' crowdfunding success. *International Journal of Hospitality Management*, 111, 103472. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2023.103472>
- Lechner, C., & Dowling, M. (2003). Firm networks: External relationships as sources for the growth and competitiveness of entrepreneurial firms. *Entrepreneurship & Regional Development*, 15(1), 1-26. <https://doi.org/10.1080/08985620210159220>
- Light, I., & Gold, S. J. (2000). *Ethnic economies*. Academic Press.
- López, L. C. (2012). The concept of institutional racism: Applications within the healthcare field. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 121-134. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012000100010>
- Mancebo, D. M. (2019). O negro e o empreendedorismo no Brasil: Reflexões sobre trabalho, raça e subjetividade. *Revista da ABPN*, 11(29), 153-176. <https://revistas.abpn.org.br/index.php/revistaabpn/article/view/2600>
- Miloud, T., Aspelund, A., & Cabrol, M. (2012). Startup valuation by venture capitalists: An empirical study. *Venture Capital*, 14(2-3), 151-174. <https://doi.org/10.1080/13691066.2012.667907>
- Monteiro, J. (2001). *O empresário negro: Histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca da afirmação social*. OR Produtor Independente.
- Munanga, K. (2004). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Vozes.
- Nascimento, A. (1980). *O quilombismo*. Vozes.
- Nascimento, E. Q. (2020). *"Meu dinheiro tem cor!": Afroempreendedorismo brasileiro e identidade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Universidade Federal do Espírito Santo. https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14672_Vers%03o%20Final%20-%20%20ELIANE%20QUINTILIANO%20NASCIMENTO%20-%20%20PGCS%20UFES%20%281%29.pdf
- Nascimento, E. (2018). Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. *Anais do Seminário de Ciências Sociais – UFES*. <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718>
- Nogueira, J. C. (2013). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro*. SEBRAE.
- Pereira, I., & Patel, P. C. (2022). Impact of the COVID-19 pandemic on the hours lost by self-employed racial minorities: Evidence from Brazil. *Small Business Economics*, 59(4), 1613-1632. <https://doi.org/10.1007/s11187-021-00529>
- Ram, M., Jones, T., & Villares-Varela, M. (2017). Migrant entrepreneurship: Reflections on research and practice. *International Small Business Journal*, 35(1), 3-18. <https://doi.org/10.1177/0266242616678051>
- Rufino, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Editora Mórula.
- Santos, M. A. (2019). *O lado negro do empreendedorismo: Afroempreendedorismo e black money*. Letramento.
- Santos, M. A., Rodrigues, J. B., & Pereira, T. A. (2025). From diverse origins to a DEI crisis: Employee perceptions of diversity setbacks in tech companies. *arXiv Preprint arXiv:2504.16821*. <https://arxiv.org/abs/2504.16821>
- Santos, N., & Reis, L. (2022). Os caminhos das mobilizações on-line antirracismo no Brasil em 2020. *Matrizes*, 16(1), 235-256. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p235-256>
- Santos, E. L., & Silva, J. (2021). Práticas, raça e organizações empreendedoras: Um estudo com negros empreendedores na Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Ciências Administrativas*, 26(3), e9718. <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2020.26.3.9718>
- Sarasvathy, S. D. (2001). Causation and effectuation: Toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. *Academy of Management Review*, 26(2), 243-263. <https://doi.org/10.5465/amr.2001.4378020>
- Sebrae. (2023, fevereiro 5). *Afroempreendedorismo feminino*. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/afroempreendedorismo-feminino,2a4ca0b694b05810VgnVCM100000d701210aRCRD>
- Schumpeter, J. A. (1934). *The theory of economic development*. Harvard University Press.
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217-226. <https://doi.org/10.5465/amr.2000.2791611>
- Silva, R. S. da, & Mello, S. C. B. (2020). Racismo institucional e desigualdade de acesso ao crédito: Um estudo sobre fintechs de crédito no Brasil. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, 2(2), 1-28. <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/BZNbCbDdJ8BWdZcnFwBcps/?lang=pt>
- Smith, A., & Tang, E. (2013). The impact of institutional voids on firm strategies in emerging markets. *Business Horizons*, 56(5), 537-549. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2013.05.007>
- Southern, L. (2016). The status of small business growth and entrepreneurial start-up capital availability during the current extended economic downturn. *Problems and Perspectives in Management*, 14(1), 8-15. [https://doi.org/10.21511/ppm.14\(1\).2016.01](https://doi.org/10.21511/ppm.14(1).2016.01)
- Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social (Edição comemorativa, 171 p.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Stuart, T. E., Hoang, H., & Hybels, R. C. (1999). Interorganizational endorsements and the performance of entrepreneurial ventures. *Administrative Science Quarterly*, 44(2), 315-349. <https://doi.org/10.2307/2666998>
- Think With Google. (2022, novembro). *Afroempreendedorismo Brasil: Dados, tendências e comportamentos*. <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/futuro-do-marketing/gestao-e-cultura-organizacional/diversidade-e-inclusao/pesquisa-afroempreendedor-brasil/>
- Wallace, C. (2018). Why Black Panther is a defining moment for Black America. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2018/02/12/magazine/why-black-panther-is-a-defining-moment-for-black-america.html>
- Werneck, G. L. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016150745>
- Yancey, G. B., & Krome, L. R. (2021). Organizational responses in 2020: Addressing COVID-19, the economic recession, and the Black Lives Matter movement. *The Psychologist-Manager Journal*, 24(4), 250-273. <https://doi.org/10.1037/mgr0000120>
- Zheng, Y., Liu, J., & George, G. (2010). The dynamic impact of innovative capability and inter-firm network on firm valuation: A longitudinal study of biotechnology start-ups. *Journal of Business Venturing*, 25(6), 593-609. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2009.02.003>